



**INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO**

TRABALHO AVALIADO II – Governança e Gestão de Informação

Lista de exercícios sobre LGPD

Aluno: Eduardo Octávio de Paula Souza

Professor: Lucas Portela

Ouro Branco, 21 de Junho de 2025

1. Qual é o objetivo principal da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme estabelecido em seu Art. 1º?

R: O principal objetivo da LGPD é dispor sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

2. De acordo com o Art. 1º, a quem se aplica a LGPD em relação ao tratamento de dados pessoais?

R: De acordo com o Art. 1º da LGPD, a lei aplica-se a qualquer pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realize o tratamento de dados pessoais.

3. Cite três dos sete fundamentos que disciplinam a proteção de dados pessoais, conforme o Art. 2º da LGPD.

R: Os 3 fundamentos são:

- O respeito à privacidade
- A liberdade de expressão, de comunicação e de opinião
- O desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação

4. A LGPD se aplica apenas a dados tratados em meios digitais? Justifique sua resposta com base no Art. 1º.

R: A lei abrange o tratamento de dados pessoais em todos os formatos, e não apenas aqueles que são eletrônicos ou online. Isso significa que dados pessoais em formatos físicos (papel, arquivos manuais, etc.) também estão sujeitos às disposições da LGPD.

5. O Art. 63 da LGPD aborda a "adequação progressiva de bancos de dados". Qual órgão é responsável por estabelecer as normas sobre essa adequação?

R: O órgão responsável por estabelecer as normas é a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

6. Quais critérios devem ser considerados pela autoridade nacional ao estabelecer as normas para a adequação progressiva dos bancos de dados, de acordo com o Art. 63?

R: Devem ser consideradas:

- A natureza dos dados
- O bom uso no tratamento dos dados
- A necessidade e a duração do tratamento

7. O Art. 64 da LGPD estabelece uma importante relação entre a Lei e outras normas. Explique essa relação.

R: O Art. estabelece que a LGPD se sobrepõe a normas anteriores em caso de conflito, exceto quando essas normas forem mais favoráveis à proteção dos dados pessoais do titular.

8. Qual foi a data de entrada em vigor dos artigos 55-A a 55-L, 58-A e 58-B da LGPD, que tratam da criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade? (Consulte o Art. 65, inciso I).

R: 28 de dezembro de 2018

9. Qual foi a data de entrada em vigor dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que dizem respeito às sanções administrativas? (Consulte o Art. 65, inciso I-A).

R: Dia 1º de agosto de 2021

10. Se uma empresa iniciou o tratamento de dados pessoais em janeiro de 2021, ela já estava sujeita às disposições gerais da LGPD? E às sanções administrativas? Justifique.

R: A empresa já estava obrigada a cumprir a LGPD, mas as sanções administrativas só começaram a valer a partir de 1º de agosto de 2021 de acordo com a Lei.

11. Por que a prorrogação da entrada em vigor das sanções administrativas (Art. 65, inciso I-A) foi um ponto crucial para as empresas?

R: A prorrogação das sanções foi crucial porque deu tempo para as empresas se adequarem à nova legislação, evitou punições e permitiu que a ANPD se estruturasse adequadamente.

12. Uma empresa que coletou dados de clientes antes da entrada em vigor da LGPD está isenta de adequar esses bancos de dados à Lei? Explique, referenciando o Art. 63.

R: Com base no Art. 63 da LGPD, uma empresa deve sim adequar seus bancos de dados coletados antes da Lei, ainda que isso possa ser feito de forma progressiva.

13. Suponha que uma nova lei setorial brasileira, publicada em 2024, contenha alguma disposição sobre o tratamento de dados pessoais. A LGPD ainda seria aplicável? Por quê? (Referência o Art. 64).

R: Sim, a lei continua aplicável mesmo com a publicação de uma nova lei setorial brasileira que trate do tratamento de dados pessoais, pois conforme o Art. 64 da LGPD, esta lei se aplica inclusive quando houver normas setoriais sobre proteção de dados pessoais, sendo aplicada de forma subsidiária e complementar.

14. Com base no Art. 65, qual a importância de consultar a versão mais atualizada da LGPD para entender sua vigência?

R: Com base no Art. 65 da LGPD, consultar a versão mais atualizada da lei é fundamental para entender corretamente sua vigência, pois esse artigo detalha as datas específicas de entrada em vigor de diferentes dispositivos legais, incluindo prazos de sanções e a criação da ANPD.